

MARTINS, Maria Anita Viviani. *O professor como agente político*. São Paulo, Loyola, 1984. (Coleção "Educação", 13)

*A verificação, ainda que através de uma análise intuitiva, de uma atitude alienada por parte dos professores, quer em relação à metodologia didática utilizada, quer no tocante ao domínio do conteúdo específico das disciplinas escolares ou ao engajamento profissional, ensejou esta reflexão sobre o desempenho político do professor no processo pedagógico.*

*Através de uma retrospectiva histórica, a autora analisa o desempenho do professor como agente político ativo, mediante o estabelecimento de uma tipologia construída com base na história e condicionada às circunstâncias sociais vigentes. A autora identifica, então, como primeiro tipo surgido com a expulsão dos jesuítas na época do Brasil Colônia, o professor de aulas régias, o qual, embora ainda de "modo desconexo", favoreceu o ensino para as elites.*

*Mais tarde, surge o professor vocacionado que, baseando seu trabalho "em uma pedagogia romântica satisfaz plenamente aos problemas econômicos que impulsionaram as idéias de professor sacerdote", desempenhando "uma missão honrosa, venerável", sem vinculação com questões materiais.*

*Já o político educador surge na época da expansão do populismo no ensino e serve-lhe aos objetivos com relação ao ensino de primeiras letras.*

*A autora identifica, ainda, três tipos de professor: o teórico/prático para as massas/elites, o professor escolanovista e o professor tecnocrata, todos eles resultantes e determinados pelo momento histórico, servindo "politicamente como meio de realização de uma determinada ordem de acontecimentos sociais imposta".*

*Embora considere a participação do professor mais expressiva em determinados momentos, ainda assim estimulada pela própria política estatal que reconhece-lhe o papel social na realização de objetivos políticos, a autora afirma que o professor, ao longo de sua trajetória, "serviu politicamente aos interesses de um preciso momento histórico, mas não participou das decisões e do poder".*

*Houve, segundo a autora, a despersonalização do professor como núcleo político ativo provocador de mudanças, causada por uma contínua manipulação e uma constante pressão política. Neste sentido, ele presta-se à veiculação e à transmissão de idéias sobre as quais não tem plena consciência, exercendo uma práxis pedagógica alienada, caracterizada, fundamentalmente, pela "desconexão entre o que se propõe e o que se realiza, a desconexão entre idéias e ações". Além disso, executa uma prática que não considera a realidade material e que não é avaliada "em função de sua repercussão no social".*

*O próprio professor sente-se alheio à atividade pedagógica que pratica, considerando-se apenas um instrumento para a consecução de um dado objetivo; ele não é propriamente o criador de sua atividade, apenas realiza aquilo que lhe é encomendado, rendendo-se a propósitos e a métodos que não lhe pertencem.*

*Esta auto-realização, a nível de consciência, estende-se, segundo a autora, ao nível da realidade concreta, ou seja, o professor passa a ver o aluno desvinculado do processo pedagógico objetivo do qual participa. Como consequência, surge a alienação do próprio aluno que não vê satisfeitas, através dos procedimentos teóricos pedagógicos e da prática, as exigências impostas pelo contexto no qual está inserido.*

*Desta maneira, a autora considera que o professor estabelece "uma relação de exterioridade com sua atividade... e com o produto desta..., que*

---

*acaba por omitir os fins sociais estreitamente vinculados à prática pedagógica”.*

*Entretanto, apesar desta suposta impessoalidade do professor, considera a autora ser o ato pedagógico algo mais do que o ato em si, valendo “pe-lo que é capaz de engendrar para a sociedade e o grupo social do qual ele derivou e para o qual ele se volta para produzir a realidade social concreta”.*

*E é na “produção da realidade social”, através dos meios pedagógicos, que a autora identifica o papel do professor como agente político: “põe em evidência as relações sociais” mediante a transmissão de modelos sociais, como por exemplo, conceitos de “austeridade, respeito, polidez ou de oposição à estrutura social mais complexa”, além de contribuir para a formação da personalidade.*

*Neste sentido, a autora considera a educação como ato político, por marcar a personalidade do educando através da interiorização de padrões de comportamento, sendo a escola vista como o meio de transmissão destes modelos.*

*A práxis pedagógica, que tem no homem seu sujeito e objeto, possui como características, segundo a autora, a atualização e a difusão de idéias ao povo, as quais lhe conferem o caráter de força política.*

*A aquisição de uma prática consciente, que possibilite a eficiente atuação sobre a personalidade do aluno, através de conteúdos, idéias e valo-*

*res, requer, no entender da autora, dois momentos distintos: um de análise da prática concreta ou superação da alienação, que possibilita a percepção de possíveis contradições entre aquilo que é praticado e o respectivo resultado, e, outro, de proposta de ação.*

*É através desta práxis concreta que a autora vê a orientação do educador com vistas ao redimensionamento contínuo desta prática, de tal modo que não se estabeleça a desvinculação “entre a teoria e a prática, entre os meios e os fins, entre consciência e ação”.*

*Trata-se, pois, de acordo com a autora, “de alterar as finalidades da educação e os conteúdos da educação de forma que a cultura veiculada na escola seja autêntico produto humano e que decorra da vida social”.*

*A prática docente consciente e politizada deve, pois, segundo a autora, identificar seus reflexos no social, não transformando “os problemas da educação em problemas autônomos teorizados”, reconhecendo-se o próprio educador como um dos produtores da realidade concreta e abandonando-se a idéia de considerá-lo um especialista descomprometido. Além disso, torna-se cada vez mais premente a organização dos professores como grupo em torno de objetivos sociais comuns.*

*Com vistas à consecução desta finalidade, o professor deverá atuar como “mediador”, “porta-voz da coletividade”, como interlocutor do educando perante a sociedade. Mas este posicionamento, segundo a autora, “implica a formulação de um novo projeto cultural e, por ele, um novo currículo. Implica uma nova escola onde as relações naturais lá realizadas serão resultantes da relação educando-educador-meio”. (Ana Luiza Fleck Saibro)*